



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG  
Rua Santo Antônio, nº 630 - CEP 36015-001 - Juiz de Fora - MG - www.dpu.gov.br

## **ANEXO - DPU JF/CDPU JF/CAD JF**

### **ANEXO I**

#### **SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DPU/JUIZ DE FORA - ANO 2019/2020**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **I - DIREITO PENAL:**

1. Da aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 A lei penal no tempo e no espaço. 1.3 O fato típico e seus elementos. 1.4 Relação de causalidade. Culpabilidade. 1.5 Superveniência de causa independente. 1.6 Princípios do Direito Penal
2. Crime consumado, tentado e impossível. 2.1 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 2.2 Arrependimento posterior. 2.3 Crime doloso, culposo e preterdoloso. 2.4 Crimes omissivos.
3. Erro de tipo. 3.1 Erro de proibição. 3.2 Erro sobre a pessoa. 3.3 Coação irresistível e obediência hierárquica. 3.4 Causas excludentes da ilicitude.
4. Da imputabilidade penal. 4.1 . Do concurso de pessoas. 4.2 Do concurso de crimes.
5. Das penas: espécies, cominação e aplicação. 5.1 Da suspensão condicional da pena. 5.2 Do livramento condicional. 5.3 Efeitos da condenação e da reabilitação. 5.4 Das medidas de segurança. 5.5 Das medidas sócio-educativas.
6. Da ação penal pública e privada. 6.1 Da extinção da punibilidade. 6.2 Da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução.
7. Crimes contra a Administração Pública.

##### **II - DIREITO PROCESSUAL PENAL:**

1. Princípios gerais. 1.1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.2 Sujeitos da relação processual. 1.3 Inquérito policial.
2. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 2.1 Ação penal pública. 2.2 Titularidade, condições de procedibilidade. 2.3 Denúncia: forma e conteúdo, recebimento e rejeição. 2.4 Ação penal privada. 2.5 Titularidade. 2.6 Queixa. 2.7 Renúncia. 2.8 Perdão. 2.9 Perempção. 2.10 Ação civil.
3. Jurisdição. 3.1 Competência: critérios de determinação e modificação. 3.2 Incompetência. 3.3 Efeitos. : 3.4 Das questões e processos incidentes.
- 4 Da prova: conceito, princípios básicos, suspensão do prazo prescricional, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 4.1 Do Juiz do Ministério Público, do acusado e

defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. 4.2 Da prisão e da liberdade provisória.

5. Das citações e intimações. 5.1 Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 5.2 Dos atos processuais. 5.3 Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 5.4 Dos prazos: características, princípios e contagem. 5.5 Da sentença. 5.6 Procedimento comum. 5.6.1 Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95). 5.7 Das nulidades. 5.7.1 Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. 5.7.2 Da revisão criminal. 5.7.3 Das exceções. 5.8 Do habeas corpus.

### **III - DIREITO CIVIL:**

1. Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; analogia. 1.1 Princípios gerais do direito e equidade.

2. Das pessoas naturais e jurídicas. 2.1 . Capacidade, domicílio, registro. 2.2. Bens: conceito e classificação.

3. Dos fatos e atos jurídicos: forma prova, modalidades, defeitos, nulidade, anulabilidade, inexistência, ineficácia e consequência. 3.1 Dos atos ilícitos. 3.2 Da prescrição e decadência.

4. União estável: caracterização, efeitos alimentícios e sucessórios, dissolução.

5. Das relações de parentesco.

6. Posse e propriedade: conceito, classificação, aquisição, perda, proteção e efeitos.

7. Dos direitos reais sobre coisas alheias: hipoteca, penhor, usufruto e servidões.

8. Das obrigações: 8.1. Das modalidades das obrigações. 8.2 Dos efeitos das obrigações. 8.3. Do inadimplemento das obrigações. 8.4 Da cessão de crédito.

9. Dos contratos: generalidades, elementos e efeitos dos contratos. 9.1 Teoria da imprevisão e revisão contratual.

10. Responsabilidade civil.

11. Noções de Direito do Consumidor.

### **IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL:**

1. Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios e órgãos. 1.1 Da ação: conceito, natureza jurídica, condições, classificação. 1.2 Intervenção de terceiros.

2. Competência: conceito, territorial, objetiva e funcional. 2.1 Modificação e conflito, conexão e continência. 2.2 Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. 2.3 Pressupostos processuais, tipos de procedimentos. 2.4 Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem, preclusão, prescrição.

3. Sujeitos do processo. 3.1 . Das partes e dos procuradores. 3.2 Do Juiz do Ministério Público e dos Auxiliares da Justiça. 3.3 Dos atos processuais.

4. Petição inicial: conceito, requisitos. 4.1 Pedidos: espécies, modificação, cumulação. 4.2 Causa de pedir. 4.3 Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. 4.4 Da citação. 4.5 Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. 4.6 Revelia. 4.7 Direitos indisponíveis. 4.8 Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. 4.9 Antecipação de tutela.

5. Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos.

5.1 Da audiência. 5.2 Da sentença: requisitos; publicação. 5.3 Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material.

6. Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de

admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. 6.1 Apelação. 6.2 Agravos. 6.3 Embargos infringentes, de divergência e de declaração. 6.4 Recurso especial. 6.5 Recurso extraordinário. 6.6 Ação rescisória. 6.7 Nulidades.

7. Processo de execução. 7.1 Partes. Liquidação. Natureza jurídica da liquidação e modalidades. 7.2 Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 7.3 Responsabilidade patrimonial. 7.4 Bens impenhoráveis. Execução das obrigações de fazer e não fazer. 7.5 Execução contra a Fazenda Pública.

8. Processo e ação cautelares. 8.1 Procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. 8.2 Juizados Especiais: Justiça Comum e Federal.

9. Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança individual e coletivo.

10. Regras processuais aplicáveis à Defensoria Pública.

## **V - DIREITO ADMINISTRATIVO:**

1 . Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 1.1 Anulação e revogação. 1.2 Prescrição. Improbidade administrativa. (Lei n.º 8.429/92).

2. Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário. 2.1 Domínio público.

3. Bens públicos: classificação, administração e utilização.

4. Contrato administrativo: conceito, peculiaridades, controle, formalização, execução e inexecução. 4.1 Contratos de concessão de serviços públicos.

5. Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública. 5.1 Direitos e deveres dos servidores públicos. Regimes jurídicos. 5.2.] Regime jurídico dos servidores públicos civis (Lei n.º 8.112/1990) e alterações posteriores. 5.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades.

6. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 6.1 O poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade.

7. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, requisição, ocupação provisória e limitação administrativa. 7.1. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço.

8. Princípios básicos da administração.

9. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano.

10. Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder.

11. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 11.1 Concessão e autorização dos serviços públicos.

12. Organização administrativa: noções gerais. 12.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada.

13. Desapropriação.

14. Princípios constitucionais da administração pública.

## **VI - DIREITO CONSTITUCIONAL:**

1 . Evolução constitucional do Brasil.

2. Constituição: conceito e classificação.

3. Normas constitucionais: classificação.

4. Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais.
5. Disposições constitucionais transitórias.
6. Hermenêutica constitucional.
7. Poder constituinte.
8. Controle de constitucionalidade: direito comparado. Sistema brasileiro. Evolução histórica. Normas constitucionais e inconstitucionais. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e declaração conforme a constituição. Inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
9. Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política.
10. Direitos e garantias individuais e coletivos.
11. Princípio da legalidade e da reserva legal.
12. Princípio da isonomia.
13. Regime constitucional da propriedade.
14. Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
15. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
16. Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos.
17. Direitos sociais e sua efetivação.
18. Direito à Nacionalidade.
19. Direitos Políticos.
20. Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência, direito comparado, discriminação de competência na Constituição de 1988, Intervenção federal, Princípio da simetria constitucional.
21. Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários.
22. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos.
23. União: competência.
24. Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações.
25. Estado-membro: competência e autonomia.
26. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo.
27. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado.
28. Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias.
29. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado.
30. Poder Legislativo: prerrogativas e vedações.
31. Comissão Parlamentar de Inquérito.
32. Processo Legislativo.
33. Poder Judiciário: organização;
34. Ministério Público: princípios constitucionais.
35. Defensoria Pública.

36. Ordem econômica e ordem financeira.
37. Intervenção do Estado no domínio econômico.
38. Ordem Social

## **VII - DIREITO PREVIDENCIÁRIO:**

1. Legislação Previdenciária. 1.1 Conteúdo, fontes, autonomia. 1.2 Aplicação das normas previdenciárias. Vigência, hierarquia, interpretação e integração.
2. Regime Geral de Previdência Social. 2.1 Segurados obrigatórios. 2.2 Filiação e inscrição. 2.3 Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, empresário, trabalhador autônomo, equiparado a trabalhador autônomo, trabalhador avulso, segurado especial. 2.4. Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. 2.5 Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 2.6 Manutenção e perda da qualidade de segurado. 2.7. Dependentes.
3. Benefícios Previdenciários e assistenciais.
4. Aspectos Constitucionais da Seguridade Social (art. 194 e seguintes da CRFB/88).



Documento assinado eletronicamente por **Otávia Cunha Mautone, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 28/03/2019, às 15:51, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://www.dpu.def.br/sei/conferir\\_documento\\_dpu.html](http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html) informando o código verificador **2902461** e o código CRC **F4FE6D01**.